

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: CENÁRIO ATUAL E TENDÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA, BAHIA – BRASIL

Espedito Maia Lima¹
Josefa Eliane Santana de S. Pinto²

INTRODUÇÃO

O Município de Itapetinga localiza-se na Região Econômica do Sudoeste da Bahia. Sua área geográfica é de 1.609,51 Km², fazendo fronteira com os Municípios de Itororó, Itambé, Macarani, Itarantim, Pau Brasil, Itaju do Colônia, Potiraguá e Caatiba (ver figura 1).

Itapetinga está estrategicamente situada entre os grandes eixos rodoviários que atravessam o Estado fazendo a articulação entre o Nordeste e o Sul/Sudeste do País (BR-116 e BR-101), sendo o principal ponto de articulação, um elo composto por duas rodovias: BR-263 (Vitória da Conquista-Itapetinga) e BR-415 (Itapetinga-Ilhéus) além de estar inserida num dos eixos transversais de ligação entre a região Oeste da Bahia e o litoral.

Tem uma população total de 63.177 habitantes (IBGE, 2007) e, segundo os dados de 2000, tem um IDH de 0,700, 24º no ranking estadual e 3.000º no ranking nacional. A taxa de alfabetização de adultos é de 0,782 e a esperança de vida ao nascer é de 65,779 (IBGE, 2000).

Por ser uma área de ocupação recente e também por ser economicamente ancorada na pecuária extensiva e marcada por intenso processo de transformação das paisagens, descompassos socioambientais e incertezas econômicas, apresenta uma série de questões socioespaciais a serem explicadas pela Geografia.

O presente trabalho tem o propósito de discutir as interações socioambientais no município de Itapetinga – Bahia, a luz dos impactos das atividades da pecuária e das tendências atuais com a implantação da indústria calçadista.

Para tanto, discute inicialmente o papel do Estado e do capital na configuração territorial de uma economia globalizada; trata, com base em dados estatísticos e na realidade local, do papel econômico e socioambiental da pecuária e da indústria calçadista na organização espacial do município.

¹ Professor de Geografia Física da UESB, doutorando em Geografia pela UFS.

² Professora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS. Doutora em Geografia pela UNESP.

CARACTERÍSTICAS DO MEIO FÍSICO

O município de Itapetinga faz parte da Região Sudoeste da Bahia, situando-se em uma faixa de transição entre as áreas úmidas do litoral e a região semi-árida do interior baiano (Figura 1). Encontra-se inserido na bacia do Rio Pardo, sendo que a sede municipal localiza-se às margens do Rio Catolé (importante afluente do Rio Pardo), depois da confluência com o Rio Catolezinho e o Riacho de Duas Barras. Os rios que banham o município de Itapetinga são: Catolé “Grande”, Catolezinho, Duas Barras, Colônia, Palmeirão, Rio Pardo, Rio da Onça e Rio da Nega’.

Geologicamente a área de estudo é constituída de rochas do escudo cristalino, com forte predominância do Complexo Caraíba-Paramirim e em menor proporção o Complexo Jequié, ambos do Pré-Cambriano Inferior. Há também uma pequena porção de rochas da Formação Serra do Paraíso, componente do Grupo Rio Pardo (Paleozóico Inferior) e núcleos da Suíte Intrusiva Itabuna (Pré-Cambriano Superior).

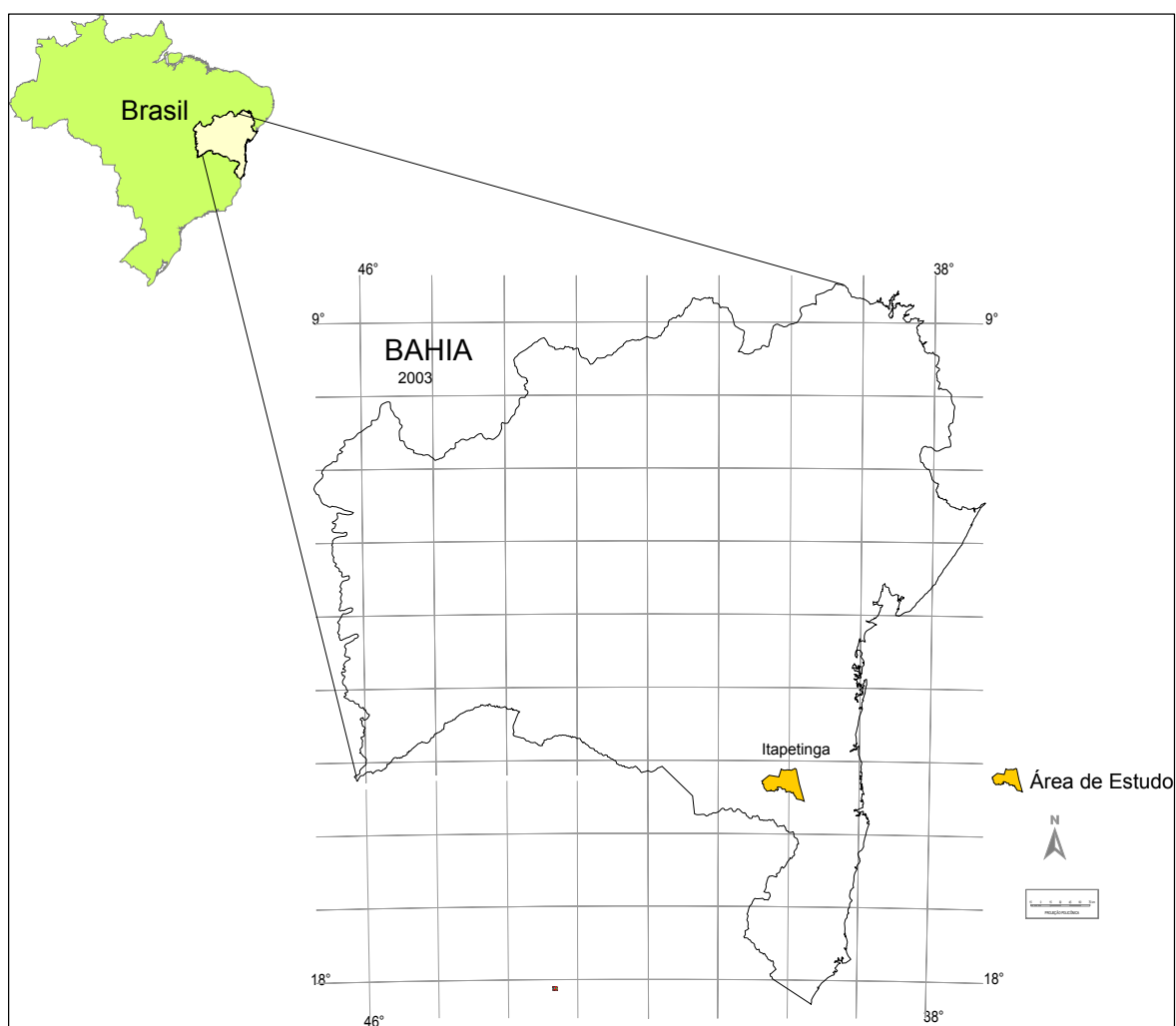


FIGURA 1: Mapa de localização da área de estudo

O relevo local é predominantemente marcado pela ocorrência de pediplanos conservados, com superfícies retocadas e inumadas, caracterizadas por topografias planas e suavemente inclinadas ou levemente côncavas. Frequentemente estas superfícies aplainadas são

interrompidas por alinhamento de elevações, com vertentes abruptas e caracterizados pela ocorrência de colinas rasas e cristas.

Em consonância com as características litológicas, geomorfológicas e climáticas, encontra-se, no mosaico de solos, uma forte predominância de Argissolos e Chernossolos, ocorrendo também manchas de Latossolos, Neossolos Litólicos e Neossolos Flúvicos. Em geral, esses solos apresentam grande potencial agrícola, especialmente os Chernossolos, que são, em sua maioria, utilizados com pastagens. Entretanto, verifica-se que o uso contínuo desses solos sem práticas de conservação, notadamente a reposição de suas características químicas, tem levado a uma queda substancial de sua capacidade produtiva.

O recobrimento vegetal original do município de Itapetinga era constituído de Floresta Estacional Semidecidual, com algumas manchas de Floresta Estacional Decidual e também de Floresta Ombrófila Densa, refletindo as condições bioclimáticas de transição entre a faixa de climas úmidos do litoral e as regiões semi-áridas do interior do estado. Entretanto, a forte pressão das atividades pecuárias provocou uma profunda transformação da paisagem regional, com a retirada quase completa da vegetação para a implantação de pastos. Mesmo as encostas íngremes, topos das elevações e margens e rios e riachos foram completamente modificados com a cultura hegemônica das pastagens. Tais modificações trazem interferência não somente nas mudanças do grau de proteção dos solos, como também sobre o balanço hídrico, a fauna e o regime fluvial.

As potencialidades de uso dos recursos naturais são relativamente elevadas, sendo as principais limitações impostas pelo relevo e por clima.

O município de Itapetinga situa-se em uma região de influência da massa de ar Tropical Atlântica e pela massa Polar Atlântica. A massa tropical é responsável pelas fortes precipitações que ocorrem no verão, enquanto a massa polar traz as chuvas mais brandas do inverno.

Possui clima do tipo Aw' – Tropical com chuvas de verão-outono (segundo o modelo de Koppen). Segundo o modelo de Thorntwaite e Mather, o clima local se enquadra como C1dA'a' (subúmido a seco), com deficiência hídrica em quase todos os meses, totalizando 348,1mm no ano.

A média pluviométrica da sede municipal é de 803 mm, sendo que cerca de 63% das chuvas ocorrem no período de novembro a março. Os meses mais secos são agosto e setembro, com 30,6 e 25,9mm, respectivamente.

Devido a altitude moderada (268 metros), a temperatura situa-se sempre acima dos 20° C, o que confere uma elevada taxa de evapotranspiração (1.151,4mm).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho está fundamentado na teoria sistêmica, cumprindo uma etapa de análise, mas priorizando a visão sistêmica da síntese geográfica, em que as diferentes paisagens resultam da interação entre os elementos geoambientais e os socioeconômicos e culturais.

A primeira etapa da pesquisa foi constituída de um levantamento bibliográfico e cartográfico, acompanhado de uma revisão conceitual, voltada especialmente para a fundamentação das análises dos dados e informações levantados.

Foram levantados dados secundários junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que compõem as variáveis sociais, econômicas e ambientais. A estes dados foram adicionadas informações levantadas em campo, principalmente na identificação das áreas de riscos e conflitos socioambientais.

A etapa de mapeamento de informações foi feita com o uso de imagens de satélite Landsat 7, com resolução de 14m, processadas no programa Mapscan.

A realização de dois fóruns de capacitação de gestores ambientais, com a participação de onze representantes do município de Itapetinga contribuiu significativamente para a leitura geográfica das relações socioambientais naquele município. O segundo fórum foi realizado 40 dias após o primeiro, e cada um teve a duração de 40 horas, momentos importantes na elaboração de um diagnóstico e levantamento de oportunidades e ameaças, como também da construção de um plano ambiental municipal.

ECONOMIA, ESPAÇO E GLOBALIZAÇÃO: A Região Sudoeste da Bahia e o Município de Itapetinga no Contexto

A região na qual se insere o município de Itapetinga se caracteriza por esta lógica de fragmentação e articulação e, sobretudo, pelo princípio do controle. Este é exercido não somente e isoladamente pelo Estado, enquanto entidade responsável pela gestão territorial, mas, sobretudo, pelo capital que, em consonância com os princípios da acumulação, utiliza o próprio Estado como ferramenta de controle espacial.

O território baiano tem sua organização regional marcada por este processo de reestruturação, especialmente pelo surgimento de novos núcleos dinâmicos, como é o caso da Região de Juazeiro, no Vale do São Francisco, Região Oeste e Extremo Sul. Cada um destes pólos tem uma atividade produtiva principal que se destaca como âncora na dinamização espacial.

Embora com dinamismo econômico diferente, os demais espaços regionais seguem a mesma lógica, visto que estão vinculados às mesmas regras capitalistas da globalização.

A Região Sudoeste da Bahia, especialmente os subespaços em que está inserido município de Itapetinga expressa o cenário de forte pressão das relações capitalistas globais, cujas influências das atividades humanas sobre os sistemas ambientais, cria uma sucessão de paisagens marcadas por forte dinâmica dos processos produtivos.

Relembrando, conforme Santos (2006, p. 66), que “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. Portanto, o espaço envolve as formas geográficas, que são relativamente permanentes e a sociedade, com seu contexto social.

Santos destaca, ainda, que

o espaço seria o conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para os quais servem de intermédio... O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS 1988, p. 71).

Esta região teve seu processo de povoamento marcado inicialmente pela fundação do *Arraial da Conquista*, ainda no Século XVIII. A ocupação territorial seguiu com o povoamento das regiões onde hoje se situam os municípios de Barra do Choça, Itambé, Itapetinga, Planalto e Caatiba. Desde o início da ocupação territorial, a pecuária já era o carro chefe da economia regional.

A maior dinamização da economia regional se dá a partir de meados do Século XX, com a expansão da pecuária na região de Itapetinga e Itambé. Trechos expressivos da depressão de Itapetinga foram desmatados e transformados em pastagens, processo que avança posteriormente para a região de Itambé, Caatiba e Planalto, incluindo áreas de relevo montanhoso e topos das elevações. Só o município de Itapetinga tinha, em 2006, 127.381 cabeças de gado bovino (IBGE, 2006).

A natureza é o palco no qual as atividades humanas são responsáveis pela organização do espaço, e toda essa transformação da natureza e adaptação às exigências humanas é determinada

pelos padrões culturais, sociais e econômicos, isto é, do contexto histórico em que o homem está inserido, tornando esse ambiente dinâmico. Segundo Guerra e Cunha

o ambiente é alterado pelas atividades humanas e o grau de alteração de um espaço, em relação a outro, é avaliado pelos seus diferentes modos de produção e/ou diferentes estágios de desenvolvimento da tecnologia (GUERRA e CUNHA, 1996, p. 340).

Quanto mais se desenvolve a técnica e a ciência de uma sociedade, menores serão as chances do meio natural, e maiores as modificações que ocorrerão, o que implica também na maneira como o ambiente responderá.

Segundo Ross

a evolução progressiva do homem como ser social, mostra que, quanto mais ele evolui tecnicamente, menos se submete às imposições da natureza. desse modo, se, por um lado, o homem como animal é parte integrante da natureza e necessita dela para continuar sobrevivendo, por outro, como ser social, cada dia mais sofisticada os mecanismos de extrair da natureza recursos que, ao serem aproveitados, podem alterar de modo profundo a funcionalidade harmônica dos ambientes naturais (ROSS, 2003, p. 212).

Não se pode deixar de reconhecer que o homem, com o aprimoramento das técnicas e com a evolução dos conhecimentos, contribuiu em muitos aspectos para o bem estar da humanidade, todavia, também provocou transformações negativas no ambiente natural.

A forma avassaladora com que a pecuária se expandiu nos municípios citados contribuiu fortemente para as rápidas mudanças na paisagem regional, especialmente pela escala espacial e temporal do processo. Representam os dois aspectos mais importantes da agricultura sobre as mudanças ambientais discutidos por Drew (1989), quais sejam: primeiro, a intensidade e o grau de alteração provocada ao solo e à vegetação preexistentes; segundo, a área em que se deu a alteração.

Corrêa salienta que

Os campos cultivados, os caminhos, os moinhos e as casas, entre outros, são exemplos de segunda natureza. Estes objetos fixos ou formas dispostas espacialmente (formas espaciais) estão distribuídos e/ou organizados sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica. O conjunto de todas essas formas configura a organização espacial da sociedade. A organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social (CORRÊA, 1986, p. 54).

Fica evidente que a organização espacial, fruto das atividades desenvolvidas pelo homem são dependentes de cada contexto sócio-econômico, político e cultural, e também vai refletir esse contexto.

Na visão de Gonçalves a técnica

está ligada à intervenção do homem na natureza, aos processos de trabalho. Todavia, este é um dos campos da ação humana que é constituído também pela relação dos homens entre si, mediatizada por relações simbólicas, intersubjetivas. São relações complexas de duas ordens diferentes, porém imbricadas: relação sujeito-objeto, no que diz respeito à relação do homem com a natureza e sujeito-sujeito, no que diz respeito aos homens (GONÇALVES, 1990, p.118).

O homem apropria-se das técnicas para facilitar sua ação, imprimindo marcas concretas no espaço em que vive como rodovias, ferrovias, cidades, campos cultivados, viadutos, etc., modificando-o em prol dos seus interesses, impondo à natureza suas próprias formas. Isso é o que Milton Santos chama de formas ou objetos culturais, artificiais, históricos, tornando a natureza cada vez mais culturalizada, artificializada e humanizada.

A PECUÁRIA E AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

A organização espacial desta região reproduz a complexidade da relação da sociedade com a natureza, num processo de apropriação diferencial e uso dos recursos naturais, seguindo a lógica da transformação de um potencial ambiental em liquidez monetária, segundo a lei do valor, discutida por Marx.

Bernardes (1995) alerta que a problemática espacial deve ser apreendida como derivação da totalidade, uma vez que cada lugar é parte de um todo. Da mesma forma, não podemos deixar de considerar uma importante característica do espaço, que é o seu marcante dinamismo. O espaço está em permanente processo de evolução, que pode ser resultado de fatores externos e internos, e que provocam mudanças no mecanismo de evolução das suas próprias estruturas.

O trabalho para o homem é mecanismo de suprimento de suas necessidades, mas é também o principal elemento da relação do homem com a natureza. Como afirma Casetti,

a natureza resultante da pura combinação dos fatores físicos, químicos e biológicos, ao sofrer apropriação e transformação por parte do homem, através do trabalho, converte-se em natureza socializada ou “segunda natureza”, caracterizando as relações que incorporam as forças produtivas nos diferentes modos de produção (CASSETI 1991, p. 16).

Tomando por base os princípios sistêmicos da natureza e os complexos fluxos de matéria e energia entre os sistemas naturais, “[...] torna-se evidente que as ações do homem não podem ser confinadas e que elas acarretarão conseqüências em muitas partes do meio físico, além do local da intervenção” (DREW, 1989, p. 20).

Santos salienta que

para o homem, isto é, para o grupo social que a defronta, a natureza deixa de ser algo que funciona apenas segundo as leis naturais, e passa a ser um grande conjunto de objetos dos quais o homem escolhe alguns que aprende a utilizar. Esses objetos são, para o grupo, a natureza útil, um subsistema do sistema natural total, o seu subsistema eficaz. Esse subsistema é ainda a natureza, mas já é, igualmente, social, porque deliberadamente escolhido pelo homem (SANTOS, 1988, p. 90).

As principais mudanças que tais atividades, juntamente com outras formas de uso dos recursos naturais materializadas nos ambientes da região, são representadas por desmatamentos generalizados, desrespeitando-se as áreas preconizadas como de preservação permanente pelo Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 15/09/1965). A disseminação das pastagens se dá por um processo avassalador que não respeita a fragilidade ambiental de áreas como encostas com declives acentuados, topos de elevações, margens dos cursos d’água, áreas de nascentes, etc.

Em decorrência das características físicas do solo, especialmente dos Argissolos (solos mais comuns na área de estudo), da pequena capacidade protetora das pastagens e também em função do adensamento dos rebanhos, os solos da região estão sofrendo um processo de compactação que se torna preocupante. A compactação implica na diminuição do espaço poroso do solo, marcadamente dos macroporos, responsáveis pelo movimento de água e pela aeração, aumentando a densidade aparente e diminuindo a capacidade de infiltração de água.

A diminuição da taxa de infiltração promove como conseqüência o aumento do escoamento superficial e a erosão. Nas áreas de maior declividade o escoamento concentrado, acentuado pelas linhas de pisoteio do gado, promove a formação de terracetes, cujas linhas de erosão, inicialmente na forma de estrias, evoluem para sulcos de erosão em diferentes graus de magnitude.

Araújo acrescenta que

Os riscos de erosão dependem tanto das condições naturais quanto dos modelos de uso da terra. O clima (especialmente a intensidade da chuva), as características das encostas, a cobertura vegetal e a natureza do solo também são importantes. Com respeito ao uso da terra, qualquer atividade humana que exija a remoção da cobertura vegetal protetora (florestas, arbustos, forragens, etc.) promove a erosão, o mesmo ocorrendo com medidas impróprias, como arar morro acima (ARAÚJO, 2005, p. 24).

O manejo das pastagens ainda utiliza largamente a prática das queimadas. Essas são feitas normalmente nos meses de setembro a novembro. Alguns problemas de ordem conservacionistas derivam dessa prática. Elas coincidem com os meses de maior velocidade dos ventos, o que promove perdas de cinzas pela ação eólica, problema agravado nos anos em que a estação chuvosa tem seu início retardado. As primeiras chuvas de verão, normalmente dotadas de grande torrencialidade, são responsáveis por uma perda considerável de material superficial, sendo as cinzas o elemento mais facilmente carregado pelas enxurradas.

Estes processos (compactação, erosão e queimadas) são responsáveis por mecanismos contínuos de perda da capacidade produtiva dos solos, que se agrava com o fato de que a grande maioria dos pecuaristas não adota a prática da adubação de pastagens, nem de outras práticas de conservação do solo.

Além desses problemas de abrangência territorial mais significativa e associada diretamente à pecuária, o município apresenta uma série de outros problemas socioambientais que se manifestam por vezes de maneira pontual, por vezes de forma linear pelos cursos d'água.

Dentre os principais problemas diagnosticados em campo, destacam-se: alterações oriundas das atividades de mineração sem a observância dos princípios legais, especialmente os EIA/RIMAs e os planos de recuperação de áreas degradadas; contaminação dos córregos e açudes com resíduos de esgotos domésticos, industriais e de defensivos agrícolas; inadequado destino final dos resíduos sólidos urbanos, com lixões dispostos às margens das principais rodovias.

Estas situações podem ser analisadas separadamente, mas compõem, em seu conjunto, uma organização sistêmica de atributos socioambientais que marcam as paisagens regionais e que possuem conectividades com outros territórios.

A desconsideração da capacidade de cada ambiente em assimilar sustentavelmente as investidas de uso dos recursos naturais, materializadas pelo uso de áreas impróprias, marcadas pela fragilidade ambiental ou ecodinâmica acentuada, tem repercutido em fortes alterações nos sistemas ambientais, em que muitas áreas já passam por processos contínuos de degradação ambiental.

A questão ambiental representa uma síntese de gargalos provocados pelo atual modelo de civilização, não podendo ser vista apenas na perspectiva da análise do meio físico, dado que a crise ambiental é, acima de tudo, uma crise sócio-econômica e cultural.

A manifestação das relações de poder se faz, há muito tempo, sobre a natureza e conseqüentemente, sobre as matérias oriundas dela. Portanto, a gestão territorial está estreitamente ligada à gestão da natureza e dos recursos naturais, uma vez que as atividades políticas, econômicas e também culturais em um território são influenciadas pela disponibilidade, potencialidade e apropriação dos recursos naturais locais. Contudo, essa relação produz intensos contrastes, pois a natureza transformou-se em instrumento do modelo capitalista, como ressalta Gonçalves:

A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza. Assim, são alguns poucos homens que dela verdadeiramente se apropriam. A grande maioria dos outros homens não passa, ela também, de objeto que pode até ser descartado (Gonçalves, 1990, p. 26, 27).

Santos (1988, p. 88) argumenta que a relação do homem com a natureza é progressiva, dinâmica, podemos dizer que é reciprocamente progressiva. A natureza vai registrando, incorporando a ação do homem, dele adquirindo diferentes feições, que correspondem às feições do respectivo momento histórico.

Como resultado desse jogo complexo das relações sociais produtivas há um processo contínuo de transformação do espaço geográfico, que deixa suas marcas sociais, culturais e ambientais. Na visão de Santos (2006, p. 44) “o mundo é a natureza e é a história que dá significado à sociedade humana. A natureza é um dado permanente, que se modifica à medida que avançamos no seu conhecimento”.

O que se verifica são formas imediatistas e predatórias de exploração e relacionamento com a natureza. A natureza responde as agressões sofridas com as alterações ambientais marcadas por solos degradados, processos de desertificação, contaminação das águas superficiais e subterrâneas, extinção de espécies, mudança no regime dos rios, dentre outros conhecidos impactos ambientais que forçam o homem repensar suas atitudes.

Os problemas ambientais que ocorrem na região de Itapetinga, comuns ao restante da Região Sudoeste, estão estreitamente relacionados com a visão capitalista da apropriação da natureza, através de relações de propriedade privada, estreitamente relacionada ao antagonismo e luta de classes. A apropriação, transformação e usufruto da natureza se dão de forma privada, enquanto as suas derivações negativas, através da poluição, erosão, assoreamento de canais, comprometimento dos cursos d'água, etc. são socializações indesejáveis, onde, involuntariamente, cada cidadão é chamado a participar de um rateio dos custos desse processo.

O processo capitalista de apropriação e transformação da natureza tem seguido, como é de se esperar, a própria lógica geral do capitalismo. O sentimento de externalidade e a perspectiva de apropriação privada dos recursos e sua acumulação (a natureza aqui vista também como recurso) impulsionaram a necessidade de criação de técnicas cada vez mais ousadas e complexas que avançam desordenadamente sobre a natureza.

Na organização espacial desta região de pecuária, as relações socioambientais são marcadas pelo domínio absoluto da lógica capitalista, o abandono de qualquer perspectiva conservação da qualidade ambiental e, paralelamente, uma fraca atuação do poder público, o que repercute em rápida degradação ambiental e um quadro socioeconômico perverso. São estes elementos que marcam a organização socioespacial e definem quanti-qualitativamente os elos de ramificação e interligação à lógica capitalista global.

Essas relações se manifestam de forma tão intensa, que a análise empírica das paisagens pode levar a interpretação de que as marcas das atividades humanas sobre a configuração espacial, são marcas seculares. Entretanto, a história das atividades humanas nesta região é muito recente, estando restrita a segunda metade do século XX.

Seu povoamento data do início do Século XX, havendo registros de que em 1924 foi destinada uma área inicial de 10 hectares para a construção do povoado, inicialmente denominado Itatinga, elevado a condição de município em 1952.

O município de Itapetinga teve desde o seu período inicial de ocupação, a criação de gado bovino como atividade principal. Esta atividade atingiu seu apogeu entre a década de 60 e início da década de 80, chegando a possuir um dos maiores rebanhos bovinos do Nordeste brasileiro, posição que lhe rendeu a alcunha de “A Capital da Pecuária”.

A concentração de terras é muito elevada (índice de Gini de 0,6535) e a quantidade de pessoas empregadas nas atividades agropecuárias é muito baixa, visto que a criação extensiva de gado bovino emprega uma quantidade muito pequena de trabalhadores. A pecuária emprega cerca de 1% do total de pessoal ocupado.

A partir de meados da década de 1970 a atividade, diante das dificuldades vivenciadas pela monocultura pecuária (falta de investimentos, queda de preços, produção e qualidade, como também a degradação das pastagens), houve um retrocesso na atividade, atingindo a sua pior

condição no final da década de 1990. A tabela 1 mostra o quantitativo de cabeças de gado bovino no município, durante o período de 1974 a 2006.

TABELA 1: Número de cabeças de gado bovino de Itapetinga no período de 1974 a 2006

ANO	Nº de Cabeças
1974	260.569
1978	261.520
1982	221.500
1986	199.300
1990	171.000
1994	154.000
1998	91.640
2002	96.214
2006	127.381

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Tomando-se como referência a produção bovina de 1978, verifica-se que a situação enfrentada pela atividade no final da década de 1990 caracteriza bem uma crise econômica municipal, visto que o quantitativo de cabeças foi reduzido a pouco mais que um terço do que antes se produzia.

Essa situação também ocorreu em outros municípios vizinhos que têm suas atividades primárias voltadas à pecuária.

Apesar de ser uma atividade econômica relativamente recente, a pecuária promoveu profundas transformações nas paisagens da região, visto que a implantação das pastagens tem sido feita com a completa retirada da vegetação original, desmatando topos de elevações, margens de rios e riachos, vertentes íngremes e, muitas vezes, não preservando nem mesmo os 20% das terras de cada propriedade, como previsto em Lei.

As pastagens já chegaram a representar mais de 90% das terras utilizadas para a agropecuária. Atualmente as pastagens ocupam 88,7% de todas as terras do município, enquanto as lavouras representam apenas 0,38%. O recobrimento vegetal natural foi reduzido a apenas 8% das terras, o que demonstra claramente que o Código Florestal Brasileiro não é respeitado naquela localidade.

Gascon et al destacam que

Este tipo de economia juntamente com práticas inadequadas de manejo contribuiu para a atual devastação da mata atlântica na região, bem como em todo país. O processo de ocupação humana transformou a Mata Atlântica em uma paisagem fragmentada onde diversos remanescentes florestais, a maioria com áreas inferiores a 500 ha são cercados por diferentes tipos de uso da terra com distintos graus de impacto sobre a floresta (Gascon *et al.*, 2000).

Fica claro que a redução da capacidade de suporte das pastagens, derivadas de práticas inadequadas contribuiu fortemente para queda da produtividade, mas as principais causas são efetivamente econômicas e políticas. Deriva de uma lógica financeira que inclui “o uso e abuso dos créditos subsidiados pelo Estado. A associação entre abundância de crédito em condições muito favoráveis e fragilidade e/ou facilidade de suborno da fiscalização nas regiões de ‘fronteira’” (HAESBAERT, 1997, p. 136).

Se, por um lado, a monocultura de pastagens representa um grande risco para o meio ambiente, por outro, há que se considerar o fato da economia do setor primário estar alicerçada em uma só atividade, como uma situação de vulnerabilidade. A diversificação das atividades econômicas é o princípio básico da superação estável de crises em algum ramo produtivo.

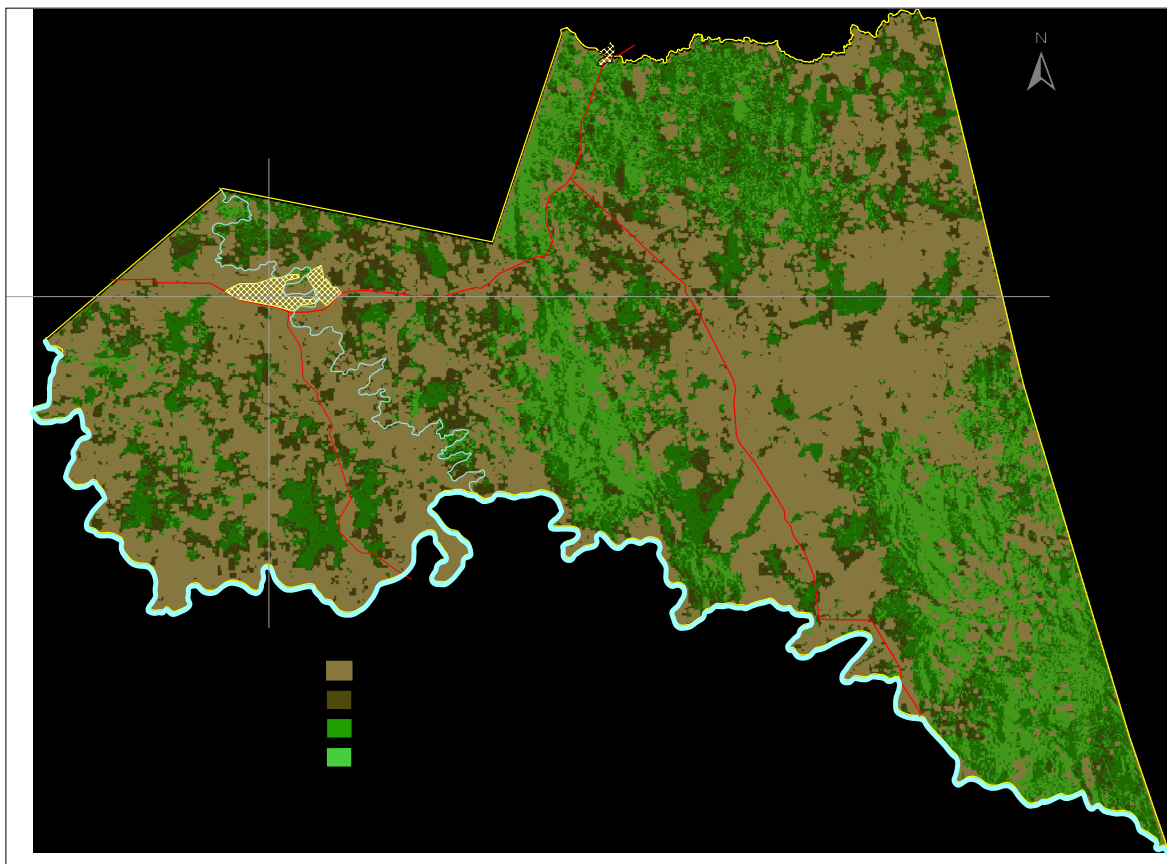


FIGURA 2: Mapa de Uso do Solo de Itapetinga

A pecuária não só ocupa quase 90% das terras do município, como também ocupa posição de âncora no *marketing* econômico local, atraindo outros elos da cadeia produtiva como frigoríficos, curtumes, indústrias de beneficiamento do leite, etc.

A Tabela 2 sintetiza as áreas dos diversos tipos de uso do solo e recobrimento do terreno no município, no ano de 1996, conforme dados cadastrais do Censo Agropecuário.

TABELA 2: Uso do solo e recobrimentos do terreno em Itapetinga, no ano de 1996

Utilização das terras	Ha	%
Lavouras permanentes	378	0,25
Lavouras temporárias	194	0,13
Lavouras temporárias em descanso	15	0,01
Pastagens naturais	115.333	75,84
Pastagens plantadas	19.490	12,82
Matas e florestas naturais	13.221	8,69
Matas e florestas artificiais	337	0,22
Terras produtivas não utilizadas	239	0,16
Terras inaproveitáveis	2.859	1,88
Total	152.068	100,00

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Agropecuário

Entretanto, a pecuária em si tem respondido por menos de 4% da renda municipal. A indústria é responsável por quase 40% da renda, enquanto quase 60% da renda municipal provém dos serviços. A Tabela 3 apresenta a distribuição destas rendas e a evolução do PIB municipal e PIB per capita no período de 2002 a 2005.

TABELA 3: Valor Adicionado, PIB e PIB Per Capita a Preços Correntes, Itapetinga – 2002 a 2005

Ano	Valor adicionado						PIB	PIB per capita (R\$ 1,00)
	Agropecuária		Indústria		Serviços			
	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	
2002	7,33	3,3	80,14	37,3	125,34	58,9	241,32	4.077,30
2003	8,89	4,0	77,08	34,3	138,61	61,7	265,38	4.446,13
2004	9,45	3,6	97,01	37,0	155,69	59,4	307,25	5.102,33
2005	10,35	3,4	121,31	40,0	170,26	56,4	350,15	5.766,52

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

A crise da pecuária no final da década de 1990 coincidiu com o processo de abertura do município à instalação de novas indústrias, especialmente através de incentivos fiscais que facilitaram a vinda da rede Azaléia.

A instalação das indústrias azaléia em Itapetinga segue a lógica que o capital busca para encontrar lugares “produtivos”, obedecendo as circunstâncias vantajosas, resultantes da disputa de Estados e Municípios pela territorialidade do capital, em uma espécie de “guerra dos lugares”, no dizer de Ana Fani, que destaca que

Antigas regiões industriais perdem importância em detrimento de outros lugares criando uma desintegração espacial porque o capital migra constantemente em função das suas necessidades de reprodução, o que lhe traduz pela busca de novas vantagens locacionais (CARLO, 2007, p. 28).

Esta situação leva a novas relações de poder, pautadas no papel do Estado na manipulação de povos e lugares e gerando situações de conflitos e disputas. Ao mesmo tempo em que a guerra fiscal cria utopias no lugar, cria também o mecanismo mais fácil de reprodução do capital.

Se ao Estado é importante a instalação do capital, ao capital interessa a própria disputa entre os locais, numa espécie de “leilão às avessas”. A competitividade dos lugares é uma espécie de busca pelo capital, abdicando de retornos financeiros oriundos de impostos e outros mecanismos fiscais, mas apostando na dinamização da economia como fruto da implantação de novas indústrias.

O capital utiliza muito bem o discurso do desenvolvimento local e, em contrapartida, apresenta as suas exigências, como foi feito em Itapetinga. Como a densidade de meios técnico-científico-informacionais é condição necessária para a reprodução do capital, as primeiras reivindicações, após a própria renúncia fiscal, é a criação de espaços fluidos, densos, rápidos e luminosos, no dizer de Santos e Silveira (2001). A fluidez e a rapidez dos espaços são criadas através de uma estrutura de redes, que envolvem o processo de transporte de produtos, informações e pessoas.

Por estas razões, a implantação do pólo calçadista em Itapetinga trouxe também as seguintes condições:

1. Renúncia fiscal por parte do Estado;
2. Investimentos estatais na melhoria da rede viária, para maior fluidez no escoamento da produção;
3. Investimentos públicos em *marketing* e *merchandising* relacionados a este ramo de produção.

Que mudanças efetivas estas indústrias trouxeram para a economia regional? Como elas seguem a lógica territorial das empresas, sua prática no processo produtivo é semelhante a de outras indústrias que se beneficiam de incentivos territoriais e criação de condições de infraestrutura e procuram meios mais lucrativos para o capital flutuante.

Em primeiro lugar, há que se considerar que, embora algumas unidades de produção tenham sido implantadas nesta região, a empresa propriamente dita está situada nos centros

dinâmicos. Isso promove drenagem monetária para os locais das empresas. Acrescente-se a este fluxo o fato do capital ser por natureza dinâmico, volátil e por isso circular no mercado mundial.

Nas relações de produção verifica-se a existência de outros percalços econômicos e sociais, especialmente pelo recrutamento de mão-de-obra especializada do centro-sul e pelo processo de terceirização da produção. A mão-de-obra braçal não tem relação trabalhista com a empresa. Instituiu-se o sistema de cooperativas, cuja remuneração se dá pela produtividade de cada trabalhador.

Esta “desordem” gera a exploração da mão-de-obra local, forma exércitos industriais de reserva, que servem para a manutenção do processo exploratório e a relação de submissão das cooperativas e dos trabalhadores isoladamente. É o mecanismo mais rentável que o capital encontra topologicamente para a sua reprodução nos lugares produtivos.

Embora a globalização conduza a uma lógica capitalista comum nos diversos lugares, os seus resultados regionais são diferentes e seguem o princípio da especificidade de cada nó que compõe a rede.

Considerando que “as mesmas razões que conduzem às desarticulações levam também a constantes desvalorizações e revalorizações do território” (SANTOS, 2001. p 301), as articulações entre capital, território e lugar, intermediadas pelo Estado, apontam para a região de Itapetinga um futuro incerto, frágil e retroalimentado pelas próprias relações de concessão e exploração, com cenários imprevisíveis.

Tal situação conduz a economia local para uma fragilidade e subordinação à entidades estranhas e sem qualquer preocupação com os destinos do lugar, estando sempre a postos a possíveis deslocamentos para lugares mais rentáveis, quando assim se fizer necessário.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. H. de S., ARAÚJO, J. R. de A. e GUERRA, A. J. T. Gestão ambiental de áreas degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 320p.

BERNARDES, J A. Mudanças técnicas e espaço. In: CASTRO, I. E., GOMES, Paulo C., CORRÊA, R. L. (org.). Geografia conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAMARGO, A. L. de B. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Campinas: Papirus, 2003.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p.

CASSETI, V. Ambiente e apropriação do relevo. São Paulo: Contexto, 1991.

COELHO, F. Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito. In: SILVEIRA, C. M. & REIS, L. C. Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: RITS/Rede DLIS, 2001.

CORRÊA, R. L. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1986.

DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. 2. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GONÇALVES, C. W. P. Os (des) caminhos do meio ambiente. 2. edição. São Paulo Contexto, 1990.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. (Orgs). Geomorfologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização, GEOgraphia, Ano. 1, no 1, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa pecuária municipal. Efetivo dos rebanhos. Disponível:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=73&u=2390&z=t&o=4&i=P>. Acesso em: 14/08/2008.

ROSS, J. L. S. (Org). Geografia do Brasil. 4ª edição. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 260p.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.